

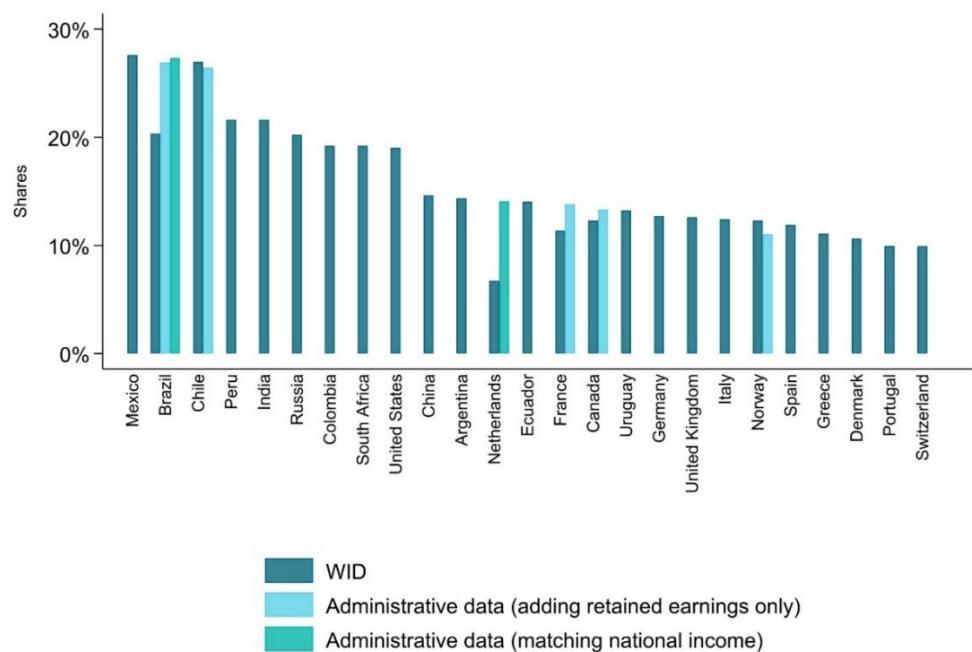
## Estudo Inédito Oferece um Novo Retrato da Desigualdade e dos Tributos Pagos no Brasil

O estudo mostra que o **1% mais rico** dos brasileiros concentra **27,4%** da renda total, e os **milionários em dólar** no Brasil (isto é, quem recebe mais de cerca de R\$ 5,5 milhões de renda anual) têm alíquotas efetivas muito menores do que o restante da população: **20,6% (incluindo todos os tributos)**, contra **42,5% para o brasileiro médio**.

**28 de agosto de 2025**

Um estudo inovador, liderado por um grupo de economistas brasileiros e internacionais<sup>1</sup>, revela achados sem precedentes que reformulam nossa compreensão da desigualdade no Brasil e de seu sistema tributário.

A pesquisa — “**Progressividade Tributária e Desigualdade no Brasil: Evidências a partir de Dados Administrativos Integrados**”, de Theo Palomo, Davi Bhering, Thiago Scot, Pierre Bachas, Luciana Barcarolo, Celso Campos, Javier Feinmann, Leonardo Moreira e Gabriel Zucman — baseia-se em **dados administrativos e métodos na fronteira** da pesquisa acadêmica para estimar a desigualdade e as alíquotas efetivas dos diferentes grupos da população, levando em conta todos os tributos pagos em todos os níveis de governo.



**Figura 1 — Participação do 1% mais rico na renda total ao redor do mundo**

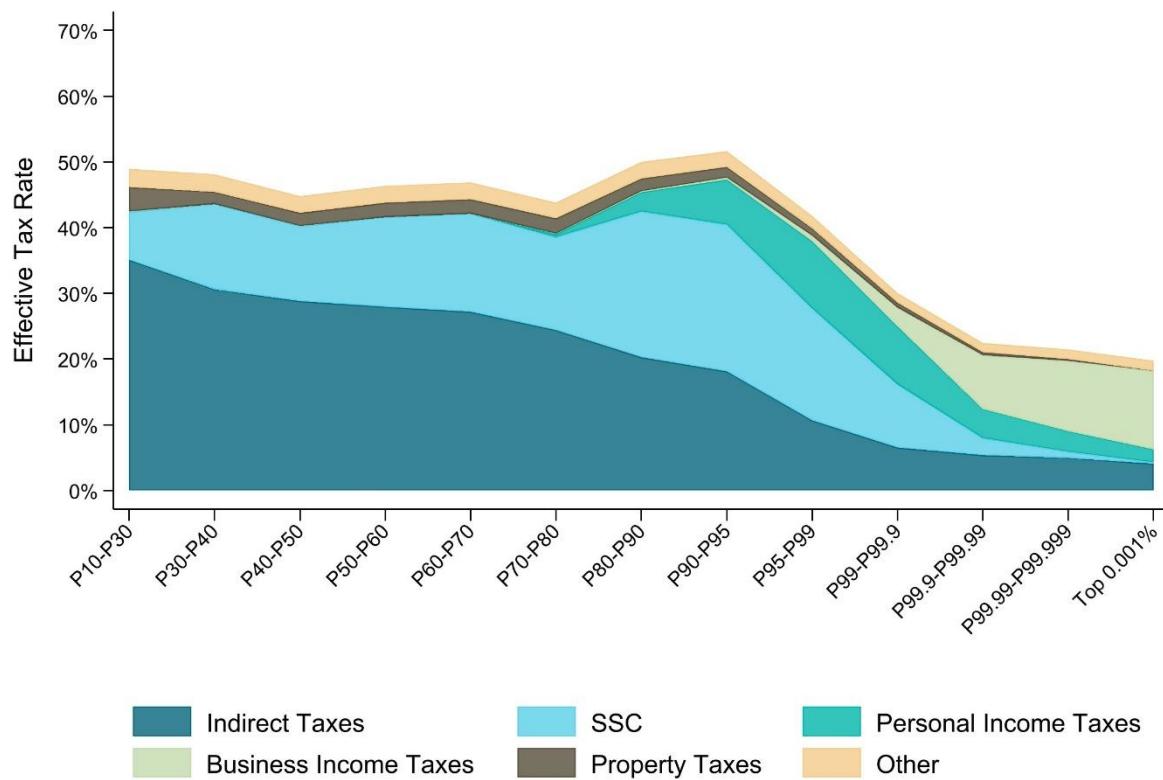
Esta análise utiliza registros administrativos tributários para revelar uma **desigualdade mais alta do que se estimava**, colocando o Brasil entre os países mais desiguais do mundo. Ela também mostra que o sistema **tributário brasileiro é regressivo: as alíquotas efetivas (o total**

<sup>1</sup> Todo o trabalho com dados deste projeto envolvendo informações confidenciais de contribuintes foi realizado nas instalações da Receita Federal do Brasil (RFB), em computadores da RFB, por auditores fiscais da RFB; em nenhum momento dados confidenciais de contribuintes saíram do ambiente computacional da RFB. Todos os resultados foram revisados para garantir que nenhuma informação confidencial fosse divulgada. As constatações, interpretações e conclusões expressas neste artigo são de responsabilidade exclusiva dos autores. Elas não representam necessariamente as visões da Receita Federal do Brasil (RFB), do Banco Mundial e de suas organizações afiliadas, dos Diretores Executivos do Banco Mundial ou dos governos que eles representam.

de tributos pagos em relação à renda) são maiores para as famílias de classe média do que para os muito ricos.

O estudo é resultado de uma **colaboração entre um consórcio internacional de economistas, coordenado pelo EU Tax Observatory e a Receita Federal do Brasil (RFB)**. Todo o trabalho com dados deste projeto envolvendo informações confidenciais de contribuintes foi realizado nas instalações da RFB, em computadores da RFB, por auditores fiscais da RFB; em nenhum momento dados confidenciais de contribuintes saíram do ambiente computacional da RFB.

O relatório releva que o **1% mais rico** dos brasileiros concentra **27,4% da renda nacional** (dados de 2019) — bem acima da estimativa mais recente de 20,3%. Isso coloca o Brasil entre os países mais desiguais do mundo, como mostra a Figura 1. O **0,1% mais rico** (cerca de 150 mil pessoas, com renda anual média de R\$ 4,6 milhões) concentra **12,4%** de toda a renda, e o **0,01% mais rico** (15 mil pessoas, com média de R\$ 23 milhões por ano) concentra **6,1% da renda total**.

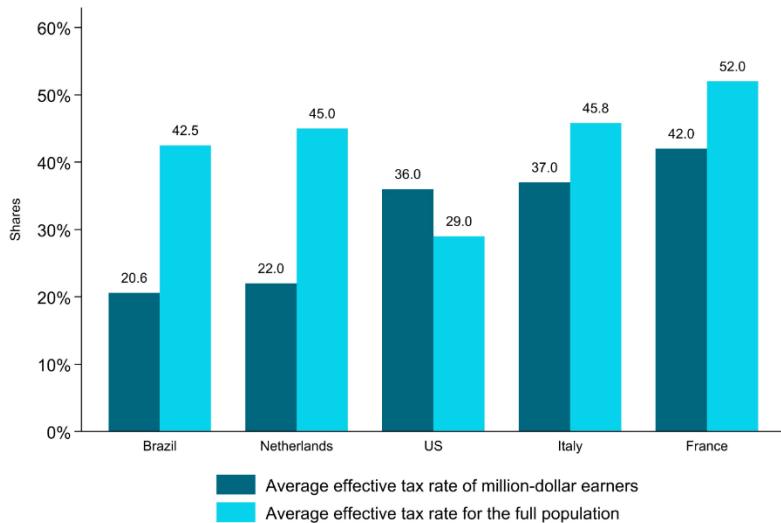


**Figura 2 -- Alíquota efetiva por grupos de renda (todos os tributos)**

O estudo também constata que a estrutura tributária do Brasil é **regressiva**. O artigo apresenta a primeira estimativa da alíquota efetiva total dos diferentes grupos da população, considerando todos os tributos pagos em todos os níveis de governo: tributos sobre consumo, impostos sobre a renda, tributação sobre as empresas (atribuída aos acionistas e sócios das respectivas empresas), contribuições previdenciárias, etc.

A maioria dos grupos de renda paga uma alíquota efetiva média entre 45% e 50%, refletindo o alto peso dos tributos sobre consumo. No entanto, os milionários em dólar — isto é, adultos que ganham pelo menos US\$ 1 milhão por ano (ou cerca de R\$ 5,5 milhões), em linhas gerais o 0,01% do topo da distribuição — pagam apenas **20,6%** de sua renda em tributos, incluindo

todos os tributos. A alíquota efetiva dos brasileiros que recebem mais de US\$ 1 milhão é baixa em perspectiva internacional. Nos Estados Unidos (um país com carga tributária como percentual do PIB inferior à do Brasil), pessoas com mais de US\$ 1 milhão de renda pagam, em média, cerca de 36% de sua renda em tributos.



**Figura 3 — Alíquota efetiva de milionários em dólar: comparação entre países**

A regressividade do sistema tributário brasileiro é explicada por vários fatores. Primeiro, o sistema depende fortemente de tributos indiretos, que são regressivos — atingem de forma desproporcional as pessoas de menor renda. Segundo, o imposto de renda da pessoa física (IRPF e IRRF) torna-se regressivo dentro do 1% mais rico, principalmente devido à não tributação de dividendos. Terceiro, deduções e incentivos às empresas reduzem a carga efetiva do IRPJ e da CSLL muito abaixo de sua alíquota nominal de 34%. Esses dispositivos são concentrados no topo da distribuição de renda, com benefícios tributários que se acumulam principalmente no 0,001% mais rico.

**Gabriel Zucman**, diretor do EU Tax Observatory e um dos autores do estudo, afirmou:

“Este estudo representa uma grande contribuição para a análise da economia brasileira. Pela primeira vez, graças a dados administrativos integrados que conectam as empresas aos seus acionistas e sócios, podemos medir a desigualdade e a progressividade dos tributos de forma abrangente. Os resultados são impressionantes. A concentração de renda é significativamente maior do que se supunha, e as pessoas ultrarricas pagam relativamente pouco tributo em perspectiva internacional.”

**Metodologia:** Este estudo utiliza **dados administrativos, incluindo declarações de imposto de pessoas físicas e de empresas**, para medir a desigualdade e a tributação no Brasil. Uma inovação central é conectar as empresas aos seus acionistas e sócios (diretos e indiretos), permitindo alocar toda a renda empresarial — distribuída como dividendos ou retida nas empresas (lucros retidos) — diretamente às pessoas físicas. Os impostos sobre o lucro das empresas (IRPJ e CSLL) pagos pelas firmas também são atribuídos aos respectivos acionistas e sócios. Em seguida, eles são combinados com impostos sobre a renda das pessoas físicas, tributos sobre consumo, contribuições previdenciárias e demais tributos brasileiros para calcular as **alíquotas efetivas totais** de cada grupo da distribuição de renda. Essa visão integrada oferece um retrato mais abrangente do que as fontes tradicionalmente utilizadas

para estudar desigualdade e tributação, como tabulações do imposto de renda das pessoas físicas e pesquisas domiciliares.

**Relatório completo** disponíveis em [português](#) e [inglês](#).

**Os autores estão disponíveis para entrevistas** em inglês e português.

Para dúvidas ou solicitações de entrevista, entre em contato com:

**Lamia Oualalou**, EU Tax Observatory General Manager (em português e inglês)

Tel/Whatsapp: + 33 6 70 24 92 23

Email: [lamia.oualalou@psemail.eu](mailto:lamia.oualalou@psemail.eu)

**Inga Chilashvili**, EU Tax Observatory Communications Officer (em inglês)

Tel/Whatsapp: [+995 577 39 49 27](tel:+995577394927)

Email: [inga.chilashvili@psemail.eu](mailto:inga.chilashvili@psemail.eu)